

Notas e informações

Fatura irresgatável

O Congresso Constituinte, reunido em Brasília desde o começo do ano, ainda não conseguiu resolver se o Brasil terá um regime de governo presidencialista ou parlamentarista. Se o observador for exigente mesmo, vai perceber que, na verdade, ainda nem sequer ficou decidido se aqui prevalecerá um regime econômico capitalista ou socialista. Reforma agrária, está aí um tema polêmico, a respeito do qual ainda não se resolveu nada de concreto. Discute-se ainda se se deve reintegrar ou não os militares cassados aos postos a que teoricamente eles teriam direito. A bem da verdade, até agora nestes meses todos de trabalho, a Constituinte decidiu sobre muito pouca coisa importante.

Mas agora uma discussão apaixonada as reuniões da poderosa Comissão de Sistematização. Deve seu relator, o deputado Bernardo Cabral, trabalhar dentro dos limites do Congresso Nacional, prédio público construído para este fim específico, ou ele pode, a seu bel-prazer, deslocar-se para um outro edifício, a 25 quilômetros da Capital, para exercer suas funções? Um companheiro seu, o deputado José Tavares, indigna-se com esta providência e protesta a altos brados. A Comissão, como um todo, já chegou até a aprovar um requerimento de Tavares que exige a presença de seu relator em todas as suas reuniões. Mas Cabral protesta e, ao exigir seu direito constitucional de ir e vir, reafirma que continuará a participar de suas reuniões especiais, às quais comparece o presidente do Congresso, Ulysses Guimarães, no Instituto "Israel Pinheiro", fora da cidade.

No meio da discussão toda, esquece-se, como sói acontecer no presente momento político nacional, o essencial. A questão da reunião do relator no

Instituto, distante, ou na Comissão, próxima, é acessória. O problema fundamental, que infelizmente não foi percebido pelo relator, mas também não foi vislumbrado por seu principal crítico, o deputado José Tavares, é que a Constituinte, como um todo, como um organismo, é que está trabalhando acima do Brasil. Não é importante delimitar o espaço físico das reuniões de que participam membros todo-poderosos da mais importante assembleia política reunida no Brasil nos últimos 40 anos. O fundamental, para a Nação, é fazer com que este trabalho tenha o mínimo de ligação com a realidade do País, a que o texto, que está sendo preparado, teoricamente servirá. E é exatamente isso que não acontece.

A Constituinte foi uma das principais reivindicações das oposições reunidas ao regime militar agonizante há, mais ou menos, uns cinco anos. Esta palavra, como num passe de mágica, reunia multidões na rua e provocava sonhos de esperança renovada. De repente, convocada a Constituinte, eleita num processo livre e soberano pelo povo, ela passa, numa rapidez impressionante, de esperança à decepção. O povo, que se reunia em praça pública para clamar aos céus a convocação dos constituintes, boceja com indiferença diante da insensibilidade política dos homens que elegeu.

Há graves motivos para a decepção e a indiferença populares. Quando o mundo descobre os benefícios da economia aberta à iniciativa individual, a Constituinte brasileira tenta criar mecanismos que a emperrem, de forma irremediável. Quando os portos dos países prósperos ou que querem o desenvolvimento se abrem para a cooperação da poupança externa, o Brasil se fecha, vítima de seus próprios preconceitos ideológicos. Quando a simples

visita às ruas constata a realidade do contrabando tecnológico, fala-se na panacéia fictícia da reserva de mercado. O Brasil, presa de seu atraso mental, transforma-se num mercado de ilusões: vende-se a auto-suficiência, que os mais inteligentes estão substituindo pela eficiência, pratica-se o suicídio cívico do planejamento exacerbado, quando o mundo livre aposta as fichas de seu cacife na economia de mercado. O corporativismo medieval pontua os artigos do texto do anteprojeto de Constituição como se representasse um dogma de fé e os constituintes prometem ao povo uma República do absurdo, na qual se pretende resolver o drama da ineficiência econômica com um exército vocabular de respeitável ineficácia.

Diante deste quadro, só se pode entender a indiferença e a decepção e esperar o inevitável: a Constituição está sendo redigida para que o Brasil deixe de ser um país atrasado que vive sob o reino dos decretos do Executivo. Mas essa nova Constituição promete ser tão alienada em relação à realidade nacional que dificilmente por meio dela o Brasil escapará de ser um país, como sempre foi, governado por decretos-leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas. Não se trata, portanto, de obrigar o relator da Comissão de Sistematização a trabalhar nos limites físicos do Congresso Nacional. Trata-se, sobretudo, de salvar o Brasil do império burocrático das portarias, trazendo toda a Constituinte de volta ao País. Só assim será possível resgatar a conta que as elites brasileiras assumiram perante o povo no momento da convocação da pomposamente intitulada Assembleia Nacional Constituinte. Por enquanto, a marcha dos acontecimentos mostra que esta parece ser uma fatura irresgatável.